

A INTEGRAÇÃO ENTRE AS ASSESSORIAS DE COMUNICAÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA E DA TRANSPARÊNCIA NO SISTEMA PENAL: ESTUDO DE CASO DA REDE DE COMUNICAÇÃO DO SISTEMA PENAL (RECOPEN)

INTEGRATION AMONG COMMUNICATION OFFICES TO STRENGTHEN PUBLIC COMMUNICATION AND TRANSPARENCY IN THE BRAZILIAN PENAL SYSTEM: A CASE STUDY OF PENAL SYSTEM COMMUNICATION NETWORK (RECOPEN)

Submetido em: 27/02/2026 - Aceito em: 29/06/2026

ANE CRISTINE DA SILVA¹
KATLLEN MARIA DO NASCIMENTO FIGUEIREDO²
EMANUELLY CRISTINY MEDEIROS FARIA DOS SANTOS³

RESUMO

O artigo analisa a integração entre as assessorias de comunicação do sistema penal brasileiro como estratégia de fortalecimento da comunicação pública e da transparência. Parte-se da constatação de que a fragmentação das ações comunicacionais entre os entes federativos dificulta a circulação de informações e a compreensão das políticas penais pela sociedade. O objetivo é analisar a atuação da Rede de Comunicação do Sistema Penal (Recopen) como instrumento de cooperação federativa e integração entre as assessorias de comunicação. Adota-se abordagem qualitativa, de natureza aplicada, por meio de estudo de caso, análise documental e observação participante. Os resultados demonstram que a articulação entre a Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) e as assessorias de comunicação estaduais fortalece a produção colaborativa de conteúdos, amplia a transparência das políticas penais e consolida a comunicação pública como dimensão estratégica da gestão do sistema penal.

Palavras-chave: Comunicação pública. Sistema penal. Transparência.

ABSTRACT

This article analyzes the integration among communication offices within the Brazilian penal system as a strategy to strengthen public communication and transparency. It is based on the premise that fragmented communication among the different federative entities hinders the circulation of information and public understanding of penal policies. The objective is to analyze the role of the Penal System

- 1 Graduação em Jornalismo (UCB). Especialização em Gestão da Comunicação Organizacional (UCB). Mestrado em Comunicação (UnB). Policial penal federal. Chefe da Comunicação Social da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen/MJSP), onde coordena a Rede Nacional de Comunicação do Sistema Penal (Recopen). **E-MAIL:** ane.silva@mj.gov.br. **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-3288-0829>.
- 2 Graduação em Jornalismo (UDF) em andamento. Atua na área de comunicação institucional no âmbito da administração pública federal, com experiência na produção de conteúdo informativo e matérias para meios digitais. **E-MAIL:** katllennm327@gmail.com. **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0004-6116-679X>.
- 3 Graduação em Comunicação Organizacional (UnB) em andamento. Atua como Jornalista Pleno e integra a Rede de Comunicação do Sistema Penal (Recopen), desenvolve na instituição pesquisas voltadas à comunicação pública e às representações midiáticas da execução penal. **E-MAIL:** emanuellycristiny0212@gmail.com. **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0005-7405-7522>.

Communication Network (Recopen) as a mechanism for intergovernmental cooperation and integration among communication offices. A qualitative, applied approach was adopted through a case study, documentary analysis, and participant observation. The findings demonstrate that the collaboration between the National Secretariat for Penal Policies (Senappen) and the communication offices of state prison administrations strengthens collaborative content production, enhances transparency in penal policies, and consolidates public communication as a strategic dimension of penal system management.

Keywords: Public communication. Penal system. Transparency.

INTRODUÇÃO

A comunicação pública constitui uma dimensão essencial da relação entre Estado e sociedade, especialmente em políticas públicas marcadas por elevada complexidade institucional e forte impacto social. No campo da execução penal, essa função assume caráter estratégico ao mediar o acesso da população a informações relacionadas à segurança pública, à garantia de direitos e à gestão das políticas penais.

Entretanto, o sistema penal brasileiro ocupa, historicamente, posição periférica no debate público. Sua presença na agenda midiática ocorre, em geral, de forma episódica, sobretudo em situações de crise, como rebeliões, fugas e episódios de violência, o que contribui para a construção de percepções fragmentadas e estigmatizadas sobre a política penal. Esse cenário dificulta a compreensão da execução penal como uma política pública permanente, estruturada por programas, planejamento, indicadores e ações desenvolvidas de forma contínua pelos diferentes entes federativos.

Paralelamente, a política penal produz grande volume de informações técnicas, incluindo dados estatísticos, normativos, relatórios de gestão e informações sobre trabalho prisional, educação nas prisões, monitoração eletrônica, alternativas penais, inteligência penitenciária e reintegração social. Contudo, a simples disponibilização dessas informações não garante sua compreensão pela sociedade. Frequentemente produzidos em linguagem técnica e distribuídos entre diferentes instituições, esses conteúdos demandam processos de organização, contextualização e tradução para públicos não especializados, condição indispensável para a efetividade da transparência ativa.

Nesse contexto, as assessorias de comunicação desempenham papel estratégico ao organizar fluxos informacionais, produzir conteúdos acessíveis, fortalecer o relacionamento com a imprensa e ampliar o acesso da sociedade às políticas públicas. No sistema penal brasileiro, essa atuação torna-se ainda mais desafiadora em razão da estrutura federativa da política penal. Embora a Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) exerça a coordenação nacional, a execução das políticas ocorre de forma descentralizada pelas administrações penitenciárias dos estados e do Distrito Federal. A inexistência de mecanismos permanentes de integração entre essas estruturas de comunicação tende a produzir fragmentação das informações, assimetrias comunicacionais

e dificuldades para a construção de narrativas institucionais mais consistentes sobre a política penal brasileira.

Embora a literatura sobre comunicação pública, comunicação organizacional e transparência tenha avançado nas últimas décadas, ainda são escassos os estudos que investigam a integração entre assessorias de comunicação como estratégia de fortalecimento da comunicação pública em políticas executadas sob regime federativo. No campo da execução penal, predominam pesquisas sobre comunicação governamental, cobertura midiática do sistema prisional e relações entre Estado e sociedade, permanecendo pouco explorados os mecanismos institucionais que viabilizam a produção colaborativa de conteúdos e a articulação entre estruturas de comunicação de diferentes entes governamentais.

É nesse contexto que se insere a Rede de Comunicação do Sistema Penal (Recopen), criada em 2020 e institucionalizada pela Secretaria Nacional de Políticas Penais em 2025 como espaço permanente de cooperação entre as assessorias de comunicação da própria secretaria, das penitenciárias federais e das administrações penitenciárias estaduais e distrital.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar de que forma a integração entre as assessorias de comunicação, materializada na atuação da Recopen, contribui para o fortalecimento da comunicação pública e da transparência no sistema penal brasileiro. Para tanto, adota abordagem qualitativa, de natureza aplicada, desenvolvida por meio de estudo de caso, análise documental e observação participante, tomando como base três iniciativas comunicacionais desenvolvidas de forma colaborativa entre a Senappen e as assessorias de comunicação estaduais.

Ao sistematizar evidências sobre a criação, a institucionalização e os resultados da atuação da Recopen, o artigo contribui para preencher uma lacuna na literatura ao analisar a integração entre assessorias de comunicação como mecanismo institucional de fortalecimento da comunicação pública em políticas públicas executadas em regime federativo. Além de apresentar evidências empíricas inéditas sobre a atuação da Rede, o estudo amplia a compreensão acerca dos processos de integração comunicacional na política penal brasileira e oferece subsídios para o debate sobre cooperação federativa, transparência ativa e comunicação pública na administração pública.

1. METODOLOGIA E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, com objetivos exploratórios e descritivos, desenvolvida por meio de estudo de caso sobre a Recopen. A opção pela abordagem qualitativa fundamenta-se na necessidade de compreender processos organizacionais, práticas de comunicação pública e dinâmicas de cooperação federativa estabelecidas entre a Senappen e as assessorias de comunicação das administrações penitenciárias estaduais.

Quanto à natureza, a pesquisa classifica-se como aplicada, uma vez que busca produzir conhecimentos voltados à compreensão e ao aperfeiçoamento de uma prática institucional, contribuindo para o fortalecimento da comunicação pública no sistema penal. Conforme Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa aplicada objetiva gerar conhecimentos direcionados à solução de problemas específicos e à aplicação prática.

A estratégia metodológica adotada foi o estudo de caso, por permitir a investigação aprofundada de um fenômeno contemporâneo inserido em seu contexto real. Conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 64), ao apresentarem as características dessa estratégia metodológica, afirmam:

Destacamos cinco características básicas do estudo de caso: é um sistema limitado e tem fronteiras em termos de tempo, eventos ou processos, as quais nem sempre são claras e precisas; é um caso sobre algo, que necessita ser identificado para conferir foco e direção à investigação; é preciso preservar o caráter único, específico, diferente, complexo do caso; a investigação decorre em ambiente natural; o investigador recorre a fontes múltiplas de dados e a métodos de coleta diversificados: observações diretas e indiretas, entrevistas, questionários, narrativas, registros de áudio e vídeo, diários, cartas, documentos, entre outros (Prodanov; Freitas, 2013, p. 64).

Nessa perspectiva, a presente pesquisa delimita como estudo de caso a atuação da Recopen, utilizando diferentes fontes de evidências para compreender de que forma a integração entre as assessorias de comunicação contribui para o fortalecimento da comunicação pública e da transparência no sistema penal brasileiro.

A coleta de dados foi realizada por meio de análise documental e observação participante. A pesquisa documental contemplou portarias, normativos, documentos institucionais, releases, fotografias, materiais gráficos, registros audiovisuais, *clipping* de notícias, registros administrativos e demais documentos produzidos pela Senappen e pelas administrações penitenciárias participantes da Recopen. Conforme Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa documental utiliza materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reorganizados conforme os objetivos da investigação, permitindo sistematizar informações dispersas e atribuir-lhes novo significado.

A observação participante decorre da atuação direta das autoras na concepção, planejamento, coordenação e institucionalização da Recopen. Conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 105), essa técnica “consiste na participação real do pesquisador na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada”, permitindo acompanhar os processos decisórios, as estratégias adotadas e as interações estabelecidas durante a implementação da Rede.

Como estratégia de análise empírica, foram selecionados três casos considerados representativos da atuação colaborativa da Recopen, definidos por critérios intencionais relacionados aos objetivos da pesquisa. O primeiro caso refere-se à produção da notícia nacional sobre a fabricação de máscaras de proteção durante a pandemia de Covid-19, selecionado por constituir o primeiro registro documental da

atuação integrada das assessorias de comunicação, elaborado logo após a criação, em 2020, do grupo que deu origem à Rede.

Os dois demais casos foram selecionados em período posterior à formalização da Recopen pela Portaria GABSEC/SENAPPEN nº 497/2025, com o objetivo de evidenciar os resultados da atuação da Rede após sua institucionalização. Para contemplar diferentes dimensões da política penal, optou-se pela análise de dois eixos distintos de comunicação institucional. O primeiro corresponde à divulgação da Conferência Nacional de Monitoração Eletrônica, representando o eixo da comunicação de ações institucionais. O segundo refere-se à divulgação das ações do Projeto Padrão Segurança Máxima (PSM), representando o eixo da atuação operacional. A seleção desses casos buscou contemplar diferentes públicos e demonstrar que a integração entre as assessorias de comunicação produz resultados tanto na divulgação de ações institucionais quanto na comunicação de ações operacionais.

Para a análise da repercussão das estratégias comunicacionais, as notícias foram identificadas por meio de busca sistemática no mecanismo de pesquisa Google, utilizando como palavras-chave os títulos dos eventos, projetos e ações analisados, bem como seus principais descritores. A coleta foi realizada entre 1º e 25 de junho de 2026, período em que também foi efetuada a validação dos resultados recuperados pela ferramenta de busca.

Foram considerados exclusivamente conteúdos publicados por veículos jornalísticos e portais de notícias independentes, excluindo-se as publicações veiculadas nos sites institucionais da Senappen, das administrações penitenciárias e dos demais órgãos integrantes da Recopen, por se tratar de conteúdos produzidos pelas próprias assessorias de comunicação analisadas. O objetivo foi identificar a repercussão espontânea das ações na imprensa.

Não foram adotados critérios relacionados ao porte, à audiência ou à abrangência geográfica dos veículos de comunicação, considerando-se que toda publicação jornalística representa uma forma de ampliação da visibilidade pública das políticas penais e evidencia a circulação das informações produzidas de forma colaborativa pela Rede.

Após a etapa de coleta, os resultados recuperados foram conferidos e validados pelas autoras durante o mesmo período, mediante verificação da pertinência temática, eliminação de duplicidades e classificação das publicações conforme sua relação com os releases institucionais e com os eventos analisados.

Como limitação da pesquisa, reconhece-se que a recuperação das notícias depende da indexação dos conteúdos pelo mecanismo de busca utilizado no momento da coleta, razão pela qual outras publicações eventualmente existentes, mas não indexadas ou não recuperadas pela ferramenta no período de realização da pesquisa, podem não ter sido contempladas na análise.

Os dados foram submetidos à análise descritivo-comparativa, buscando identificar convergências e diferenças entre os casos estudados quanto aos processos de articulação institucional, aos produtos comunicacionais desenvolvidos e aos resultados obtidos. Foram considerados aspectos como a cooperação entre os entes

federativos, o compartilhamento de informações, a produção colaborativa de conteúdos, a repercussão na imprensa e as contribuições para o fortalecimento da comunicação pública e da transparência das políticas penais. A comparação entre os casos concentrou-se na identificação de padrões de cooperação entre as assessorias de comunicação, das estratégias comunicacionais empregadas e dos resultados observados na repercussão jornalística de cada iniciativa. A interpretação dos resultados fundamentou-se na triangulação entre os documentos institucionais, os materiais jornalísticos identificados, os registros produzidos pelas assessorias de comunicação e as observações decorrentes da participação das autoras na implementação da Recopen, buscando compreender de que forma a atuação em rede contribui para fortalecer a comunicação pública no sistema penal brasileiro.

Para fins de análise, as publicações identificadas foram classificadas em seis categorias, definidas a partir da relação estabelecida entre o conteúdo jornalístico e o material institucional produzido pela Senappen: (i) release original, correspondente ao texto institucional elaborado pela Senappen; (ii) replicação do release, quando a publicação reproduzia predominantemente o conteúdo do release, com ou sem adaptações editoriais; (iii) matéria própria baseada no release, quando o veículo utilizava o release como fonte inicial de informação, acrescentando contextualização, reorganização do conteúdo ou apuração própria; (iv) matéria própria, quando a reportagem era produzida de forma independente a partir da cobertura da ação ou do evento; (v) matéria própria baseada no evento, quando a cobertura privilegiava aspectos específicos da iniciativa ou a participação de determinado ente federativo; e (vi) cobertura audiovisual institucional, referente aos registros audiovisuais produzidos para divulgação institucional do evento.

Os documentos jornalísticos utilizados na análise compõem o corpus documental da pesquisa e encontram-se relacionados nas referências ao final deste artigo.

2. DISCUSSÃO E RESULTADOS

2.1 A criação e institucionalização da Recopen

Foi nesse contexto que, em 20 de abril de 2020, durante a pandemia de Covid-19, profissionais de comunicação das administrações penitenciárias estaduais e do então Departamento Penitenciário Nacional (Depen), atual Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), criaram, por meio do aplicativo *WhatsApp*, um grupo de trabalho destinado à troca de informações e ao fortalecimento da comunicação institucional do sistema penal. O registro dessa iniciativa constitui a primeira evidência documental da articulação que posteriormente daria origem à Recopen.

O primeiro resultado da atuação colaborativa ocorreu em maio de 2020, com a publicação da notícia *“Produção semanal de máscaras de proteção passa de 1,5 milhão no sistema prisional brasileiro”*, elaborada a partir de informações encaminhadas por 16 administrações penitenciárias estaduais. Além de consolidar dados nacionais sobre a produção de

máscaras durante a pandemia de Covid-19, a iniciativa evidenciou o potencial da cooperação entre as assessorias de comunicação para reunir informações dispersas e construir narrativas nacionais sobre a política penal.

A experiência consolidou um fluxo permanente de cooperação entre as assessorias, envolvendo o compartilhamento de pautas, materiais institucionais, estratégias de relacionamento com a imprensa e boas práticas de comunicação. Ao longo desse processo, a integração entre as equipes demonstrou potencial para fortalecer a comunicação pública por meio da harmonização de informações, da produção colaborativa de conteúdos e da ampliação da circulação de informações de interesse público.

Em agosto de 2025, essa articulação foi formalizada pela Portaria GABSEC/SENAPPEN nº 497/2025, fundamentada na Nota Técnica nº 4/2025, que instituiu oficialmente a Recopen. A institucionalização conferiu caráter permanente a uma iniciativa que já reunia a Divisão de Comunicação da Senappen, os Núcleos de Comunicação das cinco penitenciárias federais e as assessorias de comunicação das administrações penitenciárias estaduais e do Distrito Federal em um modelo de cooperação federativa.

A relevância dessa estrutura decorre da própria organização da política penal brasileira, cuja coordenação nacional é exercida pela Senappen, enquanto sua execução ocorre de forma descentralizada pelos estados e pelo Distrito Federal. Na ausência de mecanismos permanentes de articulação, tendem a surgir assimetrias informacionais, divergências conceituais e dificuldades para comunicar de forma integrada as ações desenvolvidas pelos diferentes órgãos responsáveis pela execução penal.

Nesse contexto, a Recopen consolida-se como um mecanismo permanente de integração entre as assessorias de comunicação, que amplia a circulação de informações estratégicas, fortalece a cooperação federativa e qualifica a interlocução com a imprensa e a sociedade, preservadas as autonomias administrativas de cada ente federativo. Sua institucionalização também representa o reconhecimento da comunicação como dimensão estratégica da política penal, orientada pelos princípios da transparência, da cidadania e do interesse público.

Essa atuação dialoga diretamente com os princípios da comunicação pública. Em áreas marcadas por elevada complexidade institucional, como a execução penal, a comunicação assume função estratégica ao transformar informações técnicas, jurídicas e administrativas em conteúdos compreensíveis para diferentes públicos. Para Brandão (2007), informar constitui condição essencial para o exercício da cidadania. De forma complementar, Cappelli, Oliveira e Nunes (2023) destacam que a transparência depende não apenas da disponibilização das informações, mas também de sua apresentação em linguagem clara e acessível, reduzindo as assimetrias informacionais entre Estado e sociedade.

Essa compreensão converge com Duarte (2006, p. 9), ao defender que a comunicação pública deve ser concebida como estratégia permanente de fortalecimento da democracia:

Gerar comunicação de qualidade implica diversificar e coordenar instrumentos, adaptar mensagens aos interessados, valorizar aspectos didáticos e estimular a interlocução. Significa tentar criar uma cultura de integrar todos os envolvidos com o interesse público, o compromisso do diálogo em suas diferentes formas e de considerar a perspectiva do outro na busca de consensos possíveis e de avançar na consolidação da democracia. Para garantir o sucesso do empreendimento, a comunicação deve, necessariamente, ser assumida com visão global, papel estratégico, planejamento, ação integrada e visão de longo prazo (Duarte, 2006, p. 9).

Além da integração entre os órgãos responsáveis pela comunicação da política penal, a Recopen fortalece a transparência ativa, entendida como o dever da administração pública de disponibilizar, de forma espontânea e independente de solicitação, informações de interesse coletivo. Conforme orientações do Governo Federal (Brasil, 2023), a divulgação proativa de informações amplia o acesso da sociedade às ações governamentais, fortalece a prestação de contas e reduz a necessidade de pedidos formais de acesso à informação.

Outro aspecto relevante refere-se à adoção da linguagem simples como estratégia para reduzir barreiras de compreensão entre Estado e sociedade. Conforme Cappelli, Oliveira e Nunes (2023), tornar as informações mais acessíveis amplia a igualdade de acesso ao conhecimento, fortalece a confiança dos cidadãos nas instituições públicas e favorece a participação social ao reduzir ambiguidades e facilitar a compreensão das ações governamentais.

Ao promover o alinhamento terminológico, incentivar a produção colaborativa de conteúdos e ampliar a circulação de informações qualificadas, a Recopen cria condições para que temas relacionados à execução penal sejam comunicados de forma mais inteligível, comparável e acessível à sociedade. Dessa forma, fortalece a transparência, amplia a prestação de contas e qualifica a interlocução entre Estado, imprensa e cidadãos. É sob essa perspectiva que os estudos de caso apresentados a seguir evidenciam como a integração entre as assessorias de comunicação contribui para fortalecer a comunicação pública no sistema penal brasileiro.

2.2 Produção colaborativa de narrativas nacionais: o caso da pandemia da Covid-19

O primeiro caso analisado refere-se à produção colaborativa da notícia sobre a fabricação de máscaras de proteção no sistema prisional brasileiro, publicada em maio de 2020, poucas semanas após a criação do grupo que deu origem à Recopen. Construída a partir de informações encaminhadas por representantes de 16 unidades federativas, a matéria informava que pessoas privadas de liberdade produziam aproximadamente 1,5 milhão de máscaras por semana, destinadas a hospitais, forças de segurança, doações e comercialização.

Esse episódio constitui a primeira evidência pública da atuação integrada das assessorias de comunicação do sistema penal e demonstra a capacidade da articulação em rede de reunir informações produzidas de forma descentralizada, sistematizar dados nacionais e construir uma

narrativa única sobre uma política pública desenvolvida simultaneamente em diferentes estados. Mais do que compartilhar conteúdos, a integração entre as assessorias possibilitou transformar informações dispersas em uma comunicação institucional coordenada, ampliando a visibilidade nacional de uma ação de interesse coletivo.

Sob a perspectiva da comunicação pública, os resultados ultrapassam a simples divulgação de dados estatísticos. A notícia tornou visível uma dimensão pouco conhecida da execução penal ao evidenciar a contribuição do trabalho prisional para o enfrentamento da emergência sanitária provocada pela pandemia de Covid-19. Ao apresentar pessoas privadas de liberdade como participantes de uma ação voltada à proteção da saúde pública, a comunicação institucional ampliou o repertório narrativo sobre o sistema penal, tradicionalmente associado a discursos centrados na punição, na violência e no controle.

O caso também evidencia a função da mediação comunicacional na tradução de políticas públicas complexas para diferentes públicos. Ao reunir informações produzidas por múltiplos órgãos e organizá-las em uma narrativa nacional, a atuação integrada das assessorias tornou o conteúdo mais acessível à sociedade e fortaleceu a transparência sobre uma ação de interesse público. Esse resultado converge com a perspectiva de Duarte (2006), segundo a qual a comunicação pública deve promover informações qualificadas, estimular a interlocução com a sociedade e fortalecer a cidadania por meio do acesso à informação.

Assim, o primeiro caso analisado demonstra que a integração entre as assessorias de comunicação produz resultados que vão além da ampliação do alcance das informações institucionais. A atuação colaborativa possibilita construir narrativas nacionais, reduzir a fragmentação informacional e qualificar a comunicação pública sobre a política penal brasileira, estabelecendo um padrão de cooperação que posteriormente seria consolidado pela institucionalização da Recopen.

2.3 A comunicação pública das ações institucionais: o caso da Conferência Nacional de Monitoração Eletrônica

Outro resultado da atuação da Recopen pode ser observado na divulgação da Conferência Nacional de Monitoração Eletrônica, realizada em São Luís (MA). Nesse caso, a estratégia de comunicação foi desenvolvida de forma colaborativa entre a Divisão de Comunicação da Senappen e a assessoria de comunicação da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Maranhão (SEAP/MA), evidenciando a complementaridade das atribuições desempenhadas por cada instituição.

Na execução da estratégia, a Divisão de Comunicação da Senappen foi responsável pela elaboração do release institucional e pela produção da identidade visual e das peças gráficas de divulgação do evento. À equipe de comunicação da SEAP/MA coube a articulação local, incluindo o relacionamento com os veículos de imprensa maranhenses, a convocação da imprensa para a cobertura da conferência, o acompanhamento das atividades durante o evento e o assessoramento à porta-voz da Senappen nas entrevistas concedidas aos veículos de comunicação. Essa divisão de responsabilidades permitiu integrar a

capacidade de produção de conteúdo da esfera federal ao conhecimento da realidade e da imprensa regional, potencializando o alcance da estratégia comunicacional.

Entre os resultados da articulação destacam-se a entrevista concedida pela Diretora de Cidadania e Alternativas Penais da Senappen ao portal G1 Maranhão e a cobertura realizada pelo telejornal Bom Dia Maranhão, ampliando o debate sobre monitoração eletrônica e alternativas penais para públicos muito além dos canais institucionais.

A inserção do tema em veículos jornalísticos de grande alcance regional demonstra a capacidade da estratégia comunicacional de ultrapassar os limites da comunicação governamental e alcançar públicos mais amplos e heterogêneos. A repercussão na mídia local não apenas ampliou a visibilidade da conferência, mas também favoreceu a circulação de narrativas relacionadas à racionalização do uso da prisão, à gestão penal baseada em evidências e à busca por alternativas ao encarceramento. Tal resultado evidencia o papel da comunicação institucional como mediadora entre o campo especializado das políticas penais e a esfera pública, fortalecendo processos de informação, sensibilização e controle social.

Quadro 1 – Classificação das publicações geradas a partir da divulgação da Conferência Nacional de Monitoração Eletrônica

Matéria	Veículo	Classificação	Justificativa
Senappen realizará Conferência Nacional de Monitoração Eletrônica no estado do Maranhão	Portal Senappen	Release original	Conteúdo institucional originalmente produzido pela Senappen para divulgação do evento.
São Luís sediará Conferência Nacional sobre Monitoração Eletrônica promovida pela Senappen	O Imparcial	Replicação do release	Reproduz predominantemente o conteúdo do release, com pequenas adaptações editoriais.
Maranhão vai sediar Conferência Nacional de Monitoração Eletrônica	Blog do Minard	Replicação do release	Reproduz predominantemente o conteúdo do release, preservando sua estrutura informativa.
São Luís vai sediar conferência nacional sobre uso de tornozeleiras eletrônicas	Blog do Daniel Matos	Replicação do release (título adaptado)	Reproduz predominantemente o conteúdo do release, alterando o título e o enfoque inicial.
Maranhão sedia Conferência Nacional de Monitoração Eletrônica em São Luís	Portal O Informante	Replicação do release	Reproduz predominantemente o conteúdo do release com adaptações pontuais.
São Luís sedia Conferência Nacional sobre Monitoração Eletrônica em agosto	O Imparcial	Matéria própria baseada no release	Utiliza o release como fonte inicial, acrescentando contextualização e redação jornalística própria.
Autoridades discutem superlotação e alternativas ao sistema prisional no Maranhão	G1 Maranhão	Matéria própria	Produção jornalística independente, elaborada a partir da cobertura do evento e de entrevistas.
Bom Dia Maranhão – cobertura da Conferência	TV Mirante	Matéria própria	Produção jornalística independente em formato televisivo, baseada na cobertura do evento.

Matéria	Veículo	Classificação	Justificativa
Cobertura da Conferência Nacional de Monitoração Eletrônica	YouTube	Cobertura audiovisual institucional	Registro audiovisual institucional produzido para documentar e divulgar o evento.
Governo do Acre participa de Conferência Nacional de Monitoração Eletrônica em São Luís	Batelão	Matéria própria baseada no evento	Produção jornalística centrada na participação da delegação do Acre durante o evento.
Secretário estadual de Justiça defende alternativas ao encarceramento e reforça ações do Programa Bahia pela Paz	Jornal Grande Bahia	Matéria própria baseada no evento	Produção jornalística centrada na participação da delegação da Bahia durante o evento.

Fonte: Elaboração das autoras, com base em levantamento realizado em veículos jornalísticos e portais institucionais (2026).

A análise das publicações demonstra que a estratégia de comunicação adotada produziu diferentes níveis de repercussão. Enquanto parte dos veículos reproduziu o release institucional, outros desenvolveram reportagens próprias, entrevistas e coberturas audiovisuais do evento. Esse resultado evidencia que a articulação entre a Senappen e a SEAP/MA extrapolou a simples divulgação institucional, favorecendo a inserção da monitoração eletrônica na agenda da imprensa regional e ampliando o alcance social do debate sobre políticas penais.

2.4 A integração comunicacional em ações operacionais: o Projeto Padrão Segurança Máxima

Outro exemplo da atuação colaborativa da Recopen pode ser observado na divulgação das ações do Projeto Padrão Segurança Máxima (PSM), realizado na Penitenciária Estadual de Dourados, em Mato Grosso do Sul. A iniciativa envolveu uma estratégia integrada entre a Senappen e a Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul (Agepen-MS), evidenciando o potencial da cooperação entre as assessorias de comunicação que integram a Rede.

Na execução da estratégia, a Divisão de Comunicação da Senappen foi responsável pela produção do conteúdo institucional, incluindo a elaboração do release para a imprensa, com declarações dos porta-vozes da operação, a produção do material fotográfico e a disponibilização de um videomaker para o registro audiovisual das atividades desenvolvidas na unidade prisional. À assessoria de comunicação da Agepen-MS coube a interlocução com os veículos de comunicação locais, a distribuição do material produzido pela Senappen e o atendimento às demandas da imprensa regional. Essa divisão de responsabilidades permitiu integrar a capacidade de produção de conteúdo da esfera federal ao relacionamento institucional já estabelecido pela equipe estadual com os meios de comunicação locais, potencializando a repercussão da ação.

A efetividade dessa articulação pode ser observada por meio do clipping de imprensa elaborado após a divulgação da operação, que registrou 14 publicações em veículos de comunicação de diferentes perfis. A análise das matérias permitiu identificar dois padrões de

repercussão: a replicação integral ou parcial do release institucional produzido pela Senappen e a elaboração de reportagens próprias pelos veículos de comunicação, utilizando as informações, as imagens e as declarações disponibilizadas pela equipe de comunicação como base para a construção de conteúdos jornalísticos independentes. A classificação das publicações é apresentada no Quadro 2.

Quadro 2 – Classificação das publicações geradas a partir da divulgação das ações do Projeto Padrão Segurança Máxima (PSM)

Matéria	Veículo	Classificação	Justificativa
Penitenciária de Dourados recebe ações integradas do Programa Brasil Contra o Crime Organizado e reforça a segurança na região de fronteira	Diário CG	Replicação do release	Reproduz predominantemente o conteúdo do release institucional elaborado pela Senappen.
Penitenciária em Dourados (MS) recebe ações integradas do Programa Brasil Contra o Crime Organizado e reforça a segurança na região de fronteira	Conexão MT	Replicação do release	Reproduz predominantemente o conteúdo do release, com pequenas adaptações editoriais.
Penitenciária em Dourados (MS) recebe ações integradas do Programa Brasil Contra o Crime Organizado e reforça a segurança na região de fronteira	Radar Digital Brasília	Replicação do release	Reproduz predominantemente o conteúdo do release institucional.
Penitenciária em Dourados recebe ações integradas do Programa Brasil Contra o Crime Organizado	Tá na Mídia Naviraí	Replicação do release (título adaptado)	Reproduz predominantemente o conteúdo do release, alterando apenas o título da publicação.
Penitenciária de Dourados recebe ações integradas do Programa Brasil Contra o Crime Organizado e reforça a segurança na região de fronteira	Arena de Notícias	Replicação do release	Reproduz predominantemente o conteúdo do release institucional.
Penitenciária em Dourados (MS) recebe ações integradas do Programa Brasil Contra o Crime Organizado e reforça a segurança na região de fronteira	Plantão News	Replicação do release	Reproduz predominantemente o conteúdo do release, com adaptações editoriais mínimas.
PED: Operação com apoio federal procura armas e celulares no maior presídio de MS	MS News	Matéria própria baseada no release	Utiliza o release como fonte inicial, acrescentando abordagem jornalística própria.
PED integra projeto nacional de Segurança Máxima	Douranews	Matéria própria baseada no release	Utiliza o release como fonte inicial e desenvolve reportagem com redação própria.
Penitenciária de Dourados recebe operação pente-fino contra o crime organizado	Enfoque MS	Matéria própria baseada no release	Utiliza o release como referência, ampliando o conteúdo com abordagem jornalística própria.
Penitenciária de Dourados recebe reforço na segurança da fronteira	O Progresso	Matéria própria baseada no release	Utiliza o release como base e reorganiza as informações com contextualização regional.
Operação com helicóptero, georradar e inteligência reforça combate a facções em presídio de Dourados	G1 Mato Grosso do Sul	Matéria própria baseada no release	Utiliza o release como ponto de partida, complementando-o com apuração jornalística própria.
Tecnologia, inteligência e reforço do Acre marcam ofensiva nacional contra o crime organizado em presídio na fronteira	Acre Agora	Matéria própria baseada no release	Utiliza o release como referência e enfatiza a participação do estado do Acre na operação.
Força-tarefa na PED faz "raio-X" em busca de ilícitos	Dourados News	Matéria própria baseada no release	Utiliza o release como base, complementando as informações com enfoque local.

Matéria	Veículo	Classificação	Justificativa
Penitenciária em Dourados (MS) recebe ações integradas do Programa Brasil Contra o Crime Organizado e reforça a segurança na região de fronteira	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Republicação institucional	Reproduz integralmente o conteúdo originalmente publicado pela Senappen no portal institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Fonte: Elaboração das autoras, com base em levantamento realizado em veículos jornalísticos e portais institucionais (2026).

A classificação das publicações demonstra que a estratégia colaborativa entre a Senappen e a Agepen-MS produziu dois efeitos complementares. O primeiro consistiu na ampla replicação do release institucional, garantindo rápida circulação das informações oficiais. O segundo foi a produção de reportagens próprias pelos veículos de imprensa, que utilizaram o material institucional como ponto de partida para desenvolver abordagens jornalísticas independentes. Esse resultado evidencia que a integração entre as assessorias de comunicação não apenas amplia a difusão das informações produzidas pelo Estado, mas também favorece sua incorporação à agenda jornalística regional, fortalecendo a comunicação pública e ampliando a transparência das ações relacionadas à política penal.

2.5 Discussão dos resultados

Os resultados obtidos demonstram que a integração entre as assessorias de comunicação constitui um elemento estratégico para o fortalecimento da comunicação pública no sistema penal brasileiro. Essa perspectiva dialoga diretamente com Duarte (2006), ao defender que a comunicação pública deve ser compreendida como uma atividade estratégica, planejada e integrada entre diferentes atores estatais. Conforme afirma o autor:

Gerar comunicação de qualidade implica diversificar e coordenar instrumentos, adaptar mensagens aos interessados, valorizar aspectos didáticos e estimular a interlocução. Significa tentar criar uma cultura de integrar todos os envolvidos com o interesse público, o compromisso do diálogo em suas diferentes formas e de considerar a perspectiva do outro na busca de consensos possíveis e de avançar na consolidação da democracia. Para garantir o sucesso do empreendimento, a comunicação deve, necessariamente, ser assumida com visão global, papel estratégico, planejamento, ação integrada e visão de longo prazo (Duarte, 2006, p. 9).

Os resultados observados corroboram essa perspectiva ao demonstrar que a integração entre as assessorias favorece o planejamento conjunto, a coordenação das estratégias comunicacionais e a circulação qualificada de informações entre União, estados e Distrito Federal. Mais do que produzir conteúdo institucional, a atuação em rede amplia a capacidade do Estado de comunicar políticas públicas de forma articulada e orientada pelo interesse público.

Essa interpretação amplia resultados apresentados por Silva (2023), que identificou a importância das assessorias de comunicação

para a construção da imagem institucional do sistema penitenciário. Conforme registra a autora:

Assim como toda assessoria de comunicação, as que atuam em prol do sistema penitenciário são responsáveis pela comunicação organizacional da instituição, dando publicidade às ações, tornando-a relevante para a sociedade por meio de notícias, reportagens, debates, campanhas e demais divulgações, sendo uma fonte direta de informações ao usar o site e as mídias sociais, por exemplo. Isso pode colaborar para que a opinião pública reforce uma imagem do sistema penitenciário diferente da que costumamos ver nos noticiários, em filmes ou em documentários, as quais são quase sempre associadas à rebelião, superlotação, corrupção, desrespeito aos direitos humanos e outras mazelas relacionadas às unidades prisionais (Silva, 2023, p. 5).

Os achados desta pesquisa avançam em relação a esse estudo ao demonstrar que o fortalecimento da comunicação pública não depende apenas da atuação individual das assessorias, mas também da existência de mecanismos permanentes de integração entre elas. A cooperação federativa amplia a capacidade institucional de produzir narrativas nacionais, harmonizar conceitos, compartilhar informações e conferir maior visibilidade às políticas públicas desenvolvidas pelos diferentes entes da Federação.

Essa necessidade torna-se ainda mais relevante em um campo que historicamente ocupa posição periférica na agenda pública e tende a ganhar visibilidade apenas em situações de crise. Como observa Câmara (2020), a percepção social sobre o sistema penal é fortemente influenciada pela cobertura midiática, frequentemente centrada em episódios de violência e conflitos.

Os resultados também dialogam com Kunsch (2016), ao evidenciar que processos integrados de comunicação favorecem o alinhamento institucional, a coerência das mensagens e o fortalecimento do relacionamento com os diferentes públicos. Da mesma forma, aproximam-se das proposições de Pomim Valentim, Bitencourt Jorge e Ceretta-Soria (2014), ao demonstrar que a circulação qualificada da informação depende da articulação entre processos organizacionais, comunicação institucional e redes de relacionamento. A experiência da Recopen evidencia que a integração entre as assessorias fortalece os fluxos formais de informação e amplia a capacidade institucional de organizar, sistematizar e difundir conteúdos de interesse público.

Outro aspecto evidenciado refere-se ao processo de institucionalização da cooperação comunicacional. Os resultados obtidos desde 2020 contribuíram para a formalização da Recopen por meio da Portaria GABSEC/SENAPPEN nº 497/2025, conferindo estabilidade institucional a uma prática colaborativa já consolidada entre os profissionais de comunicação do sistema penal. A formalização fortaleceu a capacidade de coordenação da Rede e consolidou um espaço permanente de cooperação entre União, estados e Distrito Federal.

Os achados ampliam o debate sobre comunicação pública em políticas executadas sob regime federativo ao evidenciar que a integração entre assessorias de comunicação constitui um componente estratégico da implementação das políticas públicas. Diferentemente da maior

parte da literatura, que privilegia a relação entre Estado e sociedade ou a cobertura midiática do sistema prisional, este estudo direciona a análise para os mecanismos internos de coordenação comunicacional entre instituições públicas. Ao sistematizar evidências sobre a criação, a institucionalização e os resultados da Recopen, a pesquisa demonstra que redes colaborativas de comunicação podem fortalecer a transparência, ampliar a circulação de informações qualificadas e contribuir para a governança comunicacional de políticas públicas complexas executadas em contexto federativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar de que forma a integração entre as assessorias de comunicação, materializada na atuação da Rede de Comunicação do Sistema Penal (Recopen), contribui para o fortalecimento da comunicação pública no sistema penal brasileiro. A partir da análise documental, da observação participante e dos estudos de caso selecionados, foi possível verificar que a cooperação permanente entre as estruturas de comunicação da União, dos estados e do Distrito Federal amplia a capacidade institucional de produzir, organizar e difundir informações de interesse público de forma coordenada.

Os resultados demonstram que a integração comunicacional constitui um elemento estratégico para a execução da política penal, ao favorecer a produção colaborativa de conteúdos, a harmonização de narrativas, a circulação qualificada das informações e a articulação entre diferentes níveis da administração pública. Nesse sentido, a comunicação deixa de desempenhar função predominantemente operacional para assumir papel estratégico na governança da informação e na promoção da transparência ativa.

A experiência da Recopen evidencia que a institucionalização de mecanismos permanentes de cooperação entre assessorias de comunicação fortalece a capacidade do Estado de comunicar políticas públicas complexas executadas em regime federativo.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para ampliar o campo da comunicação pública ao incorporar uma dimensão ainda pouco explorada pela literatura: a integração entre assessorias de comunicação como mecanismo institucional de coordenação federativa. A pesquisa desloca o foco da análise da comunicação produzida para a sociedade para os processos internos de articulação entre instituições públicas, evidenciando que a cooperação comunicacional também constitui um componente da capacidade estatal de implementar políticas públicas de forma coordenada.

Sob a perspectiva prática, os resultados sugerem que modelos colaborativos de comunicação podem ser aplicados em outras políticas públicas executadas de maneira descentralizada, contribuindo para reduzir assimetrias informacionais, otimizar recursos institucionais e ampliar a efetividade da comunicação pública. Embora analisada a partir da experiência do sistema penal brasileiro, a dinâmica observada na Recopen apresenta potencial de adaptação a outras áreas organizadas

em regime federativo, como saúde, educação, assistência social e segurança pública.

Pesquisas futuras poderão aprofundar a compreensão dos efeitos da cooperação comunicacional sobre a cobertura jornalística das políticas penais, a percepção social acerca do sistema penal, a consolidação de indicadores de desempenho da comunicação pública e a aplicação de modelos colaborativos de comunicação em outras políticas públicas executadas sob regime federativo.

Conclui-se que a principal contribuição deste estudo consiste em demonstrar que a integração entre assessorias de comunicação pode constituir uma capacidade institucional da administração pública para fortalecer a comunicação pública em contextos federativos. Ao sistematizar a trajetória, a institucionalização e os resultados da Recopen, o artigo oferece evidências empíricas de que a cooperação comunicacional favorece a produção de informações de interesse público, amplia a transparência das políticas penais e fortalece a articulação entre os entes responsáveis por sua execução. Mais do que apresentar uma experiência bem-sucedida de gestão, a pesquisa propõe compreender a integração comunicacional como um componente estratégico da governança pública, capaz de contribuir para a qualificação das relações entre Estado, imprensa e sociedade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Transparência ativa**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/31ZQ>. Acesso em: 23 fev. 2026.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais. **Nota Técnica nº 4/2025/CIE-GABSEC/SENAPPEN/MJ**. Instituição da Rede de Comunicação do Sistema Penal. Brasília, 2025.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais. **Portaria GABSEC/SENAPPEN nº 497, de 29 de agosto de 2025**. Institui a Rede de Comunicação do Sistema Penal. Brasília, 2025.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais. **Senappen lança Rede Nacional de Comunicação do Sistema Penal e política institucional do órgão**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://shre.ink/31Z9>. Acesso em: 17 fev. 2026.
- BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007.
- CÂMARA, José. Sistema penal e mídia. **Revista da EJUSE**, São Paulo, n. 17, p. 265-289, 2020. Disponível em: <https://shre.ink/31i6>. Acesso em: 25 jun. 2026.
- CAPPELLI, Claudia; OLIVEIRA, Rodrigo; NUNES, Vanessa. Linguagem simples como pilar da transparência. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 10, n. 9, p. 34-47, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/31iN>. Acesso em: 23 fev. 2026.
- DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2006.

PERFOLL, Tatiana Daussen *et al.* **Apostila do curso Linguagem Simples no Setor Público**. 1. ed. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2020. Disponível em: <https://shre.ink/31iy>. Acesso em: 27 fev. 2026.

POMIM VALENTIM, Marta Lúgia; BITENCOURT JORGE, Carlos Francisco; CERETTA-SORIA, Maria Guadalupe. Competência em informação e gestão da informação e do conhecimento. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. esp., p. 35-50, 2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://shre.ink/31iv>. Acesso em: 25 jun. 2026.

SILVA, Ane Cristine da. As assessorias de comunicação como ferramentas de apoio na reinserção social do egresso do sistema penitenciário brasileiro. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), 46., 2023, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Intercom, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/31ij>. Acesso em: 8 fev. 2026.

CORPUS DOCUMENTAL DA PESQUISA

ACRE AGORA. Tecnologia, inteligência e reforço do Acre marcam ofensiva nacional contra o crime organizado em presídio na fronteira. **Acre Agora**, 15 jun. 2026. Disponível em: <https://shre.ink/31iA>. Acesso em: 25 jun. 2026.

ARENA DE NOTÍCIAS. Penitenciária de Dourados recebe ações integradas do Programa Brasil Contra o Crime Organizado e reforça a segurança na região de fronteira. **Arena de Notícias**, 2026. Disponível em: < <https://shre.ink/31it> >. Acesso em: 25 jun. 2026.

BATELÃO. Governo do Acre participa de Conferência Nacional de Monitoração Eletrônica em São Luís. **Batelão**, 2025. Disponível em: <https://shre.ink/31iM>. Acesso em: 25 jun. 2026.

BLOG DO DANIEL MATOS. São Luís vai sediar conferência nacional sobre uso de tornozeleiras eletrônicas. **São Luís: O Estado**, 2025. Disponível em: <https://shre.ink/31ip>. Acesso em: 25 jun. 2026.

BLOG DO MINARD. Maranhão vai sediar Conferência Nacional de Monitoração Eletrônica. **Blog do Minard**, 2025. Disponível em: <https://shre.ink/31iT>. Acesso em: 25 jun. 2026.

CONEXÃO MT. Penitenciária em Dourados (MS) recebe ações integradas do Programa Brasil Contra o Crime Organizado e reforça a segurança na região de fronteira. **Conexão MT**, 2026. Disponível em: <https://shre.ink/31i2>. Acesso em: 25 jun. 2026.

DIÁRIO CG. Penitenciária de Dourados recebe ações integradas do Programa Brasil Contra o Crime Organizado e reforça a segurança na região de fronteira. **Diário CG**, 2026. Disponível em: < <https://shre.ink/31il> >. Acesso em: 25 jun. 2026.

DOURADOS NEWS. Força-tarefa na PED faz “raio-X” em busca de ilícitos. **Dourados News**, 2026. Disponível em: < <https://shre.ink/31iU> >. Acesso em: 25 jun. 2026.

DOURANEWS. PED integra projeto nacional de Segurança Máxima. **Douranews**, 2026. Disponível em: < <https://shre.ink/31y4> >. Acesso em: 25 jun. 2026.

ENFOQUE MS. Penitenciária de Dourados recebe operação pente-fino contra o crime organizado. **Enfoque MS**, 2026. Disponível em: < <https://shre.ink/31y0>>. Acesso em: 25 jun. 2026.

G1 MARANHÃO. Autoridades discutem superlotação e alternativas ao sistema prisional no Maranhão. G1 Maranhão, 2025. Disponível em: < <https://shre.ink/31yi>>. Acesso em: 25 jun. 2026.

G1 MATO GROSSO DO SUL. Operação com helicóptero, georradar e inteligência reforça combate a facções em presídio de Dourados. G1 Mato Grosso do Sul, 15 jun. 2026. Disponível em: < <https://shre.ink/31yC>>. Acesso em: 25 jun. 2026.

JORNAL GRANDE BAHIA. Secretário estadual de Justiça defende alternativas ao encarceramento e reforça ações do Programa Bahia pela Paz. **Jornal Grande Bahia**, 2025. Disponível em: < <https://shre.ink/31yh>>. Acesso em: 25 jun. 2026.

MS NEWS. PED: Operação com apoio federal procura armas e celulares no maior presídio de MS. **MS News**, 2026. Disponível em: < <https://shre.ink/31y3>>. Acesso em: 25 jun. 2026.

O IMPARCIAL. São Luís sedia Conferência Nacional sobre Monitoração Eletrônica em agosto. **O Imparcial**, 2025. Disponível em: < <https://shre.ink/31yL>>. Acesso em: 25 jun. 2026.

O IMPARCIAL. São Luís sediará Conferência Nacional sobre Monitoração Eletrônica promovida pela Senappenº **O Imparcial**, 2025. Disponível em: < <https://shre.ink/31yq>>. Acesso em: 25 jun. 2026.

O PROGRESSO. Penitenciária de Dourados recebe reforço na segurança da fronteira. **O Progresso**, 15 jun. 2026. Disponível em: < <https://shre.ink/31yS>>. Acesso em: 25 jun. 2026.

PLANTÃO NEWS. Penitenciária em Dourados (MS) recebe ações integradas do Programa Brasil Contra o Crime Organizado e reforça a segurança na região de fronteira. **Plantão News**, 2026. Disponível em: < <https://shre.ink/31ye>>. Acesso em: 25 jun. 2026.

PORTAL O INFORMANTE. Maranhão sedia Conferência Nacional de Monitoração Eletrônica em São Luís. **Portal O Informante**, 2025. Disponível em: < <https://shre.ink/31yb>>. Acesso em: 25 jun. 2026.

RADAR DIGITAL BRASÍLIA. Penitenciária em Dourados (MS) recebe ações integradas do Programa Brasil Contra o Crime Organizado e reforça a segurança na região de fronteira. **Radar Digital Brasília**, 2026. Disponível em: < <https://shre.ink/31yD>>. Acesso em: 25 jun. 2026.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIAS (Senappen). **Produção semanal de máscaras de proteção passa de 1,5 milhão no sistema prisional brasileiro**. Brasília: Senappen, 2020. Disponível em: < <https://shre.ink/31yl>>. Acesso em: 25 jun. 2026.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIAS (Senappen). **Senappen realizará Conferência Nacional de Monitoração Eletrônica no estado do Maranhão**. Brasília: Senappen, 2025. Disponível em: <https://shre.ink/31yB>>. Acesso em: 25 jun. 2026.

TÁ NA MÍDIA NAVIRAÍ. Penitenciária em Dourados recebe ações integradas do Programa Brasil Contra o Crime Organizado. **Tá na Mídia Navirai**, 2026. Disponível em: < <https://shre.ink/31y2>>. Acesso em: 25 jun. 2026.

TV MIRANTE. **Bom Dia Maranhão**: cobertura da Conferência Nacional de Monitoração Eletrônica [vídeo]. YouTube, 2025. Disponível em: ><https://shre.ink/31yH>>. Acesso em: 25 jun. 2026.

CORTE GUARÁ NEWS. **São Luís sedia a Conferência Nacional de Monitoração**. YouTube, 2025. Disponível em: <<https://shre.ink/31ym>>. Acesso em: 25 jun. 2026.